



Mulheres em quatro tempos: dos campos ao fim do trabalho no sul da Galiza¹

Paula Godinho

A venda dessa mercadoria que é a força de trabalho será no séc. XXI tão promissora como foi no séc. XX a venda de diligências. Porém, nesta sociedade, quem não consegue vender a sua força de trabalho torna-se supérfluo e é atirado para a lixeira social².

Manifesto contra o trabalho, 1999, p. 14.

1 Um parente já afastado desta pesquisa começou por emergir num projeto coletivo do Instituto de Estudos de Literatura Tradicional da FCSH/UNL, denominado “Cobrir o Corpo”. Esta investigação beneficiou, em nível material e teórico, da integração no âmbito do projeto “Cooperación transfronteriza y (des)fronterización: actores y discursos geopolíticos transnacionales en la frontera hispano-portuguesa”, coordenado por Heriberto Cairo Carou (Universidade Complutense de Madrid, 2013-2016, Plan Nacional de I+D+i, Ministerio de Educación y Ciencia de España), bem como dos proyectos “Formas de ganarse la vida. La reproducción social en el Granero de Hidalgo, la Huerta de Yucatán y la Faja de Oro en Veracruz”, coordenado por Ana Bella Pérez Castro (No. IN302117, Instituto de Investigaciones Antropológicas, UNAM-México, 2017-2019) e “Futuros en disputa: las narrativas sobre el porvenir a partir de la coyuntura política del 2018 en México”, coordenado por Guadalupe Valencia García (UNAM, México, 2019-2021, PAPIIT). Uma primeira versão desta etnografia integrou as “práticas possíveis” sobre as quais me debrucei num outro momento (Godinho, 2017), e uma outra, mais curta e com pressupostos teóricos distintos, assentes na espacialidade, foi apresentada nos *Encontros Ibéricos de Antropologia*, e publicada: “Presas por um fio: costureiras de Verín, modalidades da produção têxtil local e trânsitos mundiais” in Pedro Tomé, ed. 2018, *Reflexiones Rayanas*, Ávila, Asociación de Antropología de Castilla y León Michael Kenny, 1º vol:103-126. Mais recentemente, mereceu o apoio do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, bem como do projeto “FAILURE: Reversing the Genealogies of Unsuccess, 16th-19th centuries”, H2020-Marie Skłodowska-Curie Actions, RISE, European Commission (2019-2023). Uma versão muito alongada deste texto aguarda publicação, numa obra coordenada por Ana Bella Pérez Castro, Raúl H. Contreras Román, Jessica Contreras Vargas, *Antropología económica de los modos diversos de ganarse la vida. Enfoques antropológicos sobre la reproducción social contemporánea*, que será publicada em espanhol pelo Instituto de Investigaciones Antropológicas, na Universidad Nacional Autónoma de México.

1. O tempo e as práticas: *fazer pela vida*, na fronteira entre o norte de Portugal e a Galiza²

Em Agosto de 2017, quando apresentava em Verín, no sul da Galiza, uma obra que reflecte acerca das alterações locais do trabalho, um sindicalista pediu a palavra. Perguntava-me (-se) o que poderia ser feito, quando o trabalho desaparecia. O que podia ser *feito*? O que preocupava este homem era como responder ao desvanecimento do trabalho, quando o futuro parece pouco animador. A questão poderia ser posta de outro modo: como viver, num tempo em que os Estados respondem à crise do trabalho com a invenção de tarefas para ocupar os que ficam fora do universo do emprego, numa simulação que não resolve a angústia de quem deixa de ter do que viver e sustentar-se? Podia também ser desdobrada, pois o acréscimo de trabalho e cansaço, que retira o gosto à vida, é também deste tempo: como construir um modo mais harmónico de viver, neste tempo de tardo-capitalismo duramente vivido por tanta gente? Se uma parte crescente da população nos países de capitalismo velho vai sendo convertida em lixo social, ao ser excluída do mundo do emprego, outra encara sobrecargas laborais que conduzem à exaustão, sobretudo nas designadas “economias emergentes” pelo sobretrabalho desenfreado a que é submetida.

As discussões sobre o desaparecimento de determinadas funções e papéis operacionais sugerem a imersão no tempo longo dos processos capitalistas. Por outro lado, requerem uma reflexão sobre as lutas defensivas, bem como sobre os modos – próximos e distantes – de resistência, num tempo de articulação hegemónica do capitalismo. Quando determinado posto de trabalho estava em causa, a resistência

2 Além de Verín, realizei trabalho de terreno noutras localidades galegas, como Lalín e Silleda, aí com Marta Negro. No início de 2012, comecei esta nova fase do meu trabalho de terreno na Galiza, inspirada no trabalho de Inês Fonseca entre mulheres da Baixa da Banheira, na margem sul do Tejo (FONSECA, 2012), que deparou com o “trabalho silenciado”, de mulheres como Maria Antónia, que pronunciava frases tão intrigantes como “...nunca tive emprego, mas tenho trabalhado sempre” (FONSECA, 2012, p. 135).

por parte de sindicatos e associações centrou-se longamente na exigência da reposição de um estado de coisas anterior, pois é difícil encontrar modos de vida que se distanciem do que se inscreveu no processo de socialização de cada um, que foi perpassado pelo trabalho³. Lembra-nos Raymond Williams (1958) que a cultura dos trabalhadores merece ser interrogada, pois não é produzida só para eles, nem por eles, e é, sobretudo, um modo de vida.

O objectivo deste texto é interrogar o lugar do porvir, a partir de uma abordagem processual do trabalho de mulheres costureiras, num *concello* galego na fronteira entre o norte de Portugal e o estado espanhol. Assenta num estudo de terreno longo, iniciado nos anos 1980, e que se prolonga até à actualidade. Numa articulação entre escalas variadas, entre o local e micro, e os trânsitos globais, num nível macro, bem como numa temporalidade longa, que reporta à memória do trabalho nos últimos setenta anos, pretende-se contribuir para a reflexão em curso sobre as dimensões de “ganhar a vida” e as construções em torno do futuro, nomeadamente acerca de uma sociedade em que o fim do trabalho se torna no novo fantasma que paira sobre a Europa. Através dos conceitos de *fluidéz e fixidez*, e de uma semântica dos tempos históricos devedora da relação entre a *experiência* - o nível do vivido e inscrito - e a *expectativa*, que edifica o futuro, pelas ideias e pela matéria, na vida social e no que se deseja, o meu argumento assenta numa compreensão da temporalidade em quatro períodos, legíveis no trabalho feminino, abrindo também a

3 Numa visita recente ao Museu do Trabalho, em Setúbal, uma cidade do litoral sul de Portugal, associada, ao longo do séc. XX, à pesca e à indústria conserveira, um dos painéis centrava-se nas lutas dos soldados das latas de conservas. Nessa cidade, a indústria conserveira teve um papel significativo, até ter sido completamente desarticulada, e ter partido para outras paragens de mão-de-obra mais barata. Pelo saber técnico que mobilizava, a profissão de soldador era bem paga, comparativamente às outras tarefas desempenhadas dentro das fábricas, sobretudo por mulheres. Porém, devido aos materiais com que lidavam, nomeadamente o chumbo, a esperança de vida dos soldados era encurtada, e as associações profissionais desempenhavam um papel significativo na proteção das viúvas e dos descendentes, bem como no pagamento das despesas do funeral. Com pouco mais de trinta anos, um soldador estava destroçado. Parece, então, paradoxal a luta desenvolvida pelos soldados, quando uma máquina veio substituir o seu trabalho, conduzindo ao desemprego este grupo profissional de desgaste rápido, mas dando mais anos de vida aos que o desenvolviam.

possibilidade de um quinto momento a perscrutar: o do fantasma do fim do trabalho, que coexiste com

o trabalho obrigatório imposto pelo Estado, os subsídios ao trabalho e o chamado ‘trabalho cívico’ [que] reduzem cada vez mais os custos com a mão de obra. Fomenta-se assim em grande escala todo o próspero sector que vive dos baixos salários e do trabalho de miséria (GRUPO KRISIS, 1999, p. 25).

Reinhart Koselleck (1979) recorda-nos que os tempos históricos são pautados por acelerações, demoras, reiteraões de percursos, bem como por prognósticos, cálculos, desejos e esperanças, que edificam formas distintas de diagnóstico histórico e de acção política. O par *experiência-expectativa* entrecruza-se e a concatenação direta entre o antigo e o futuro compõe a história, a partir de uma relação entre a esperança e a recordação (KOSELLECK, 1979, p. 336): a determinação da diferença entre o passado e o futuro será o “tempo histórico”.

A etnografia é um meio de entender *percursos*, em que as pessoas são agentes, e *processos*, que inserem as mulheres e os homens *na* história e *numa* história, num mundo complexo, que raramente parece coeso, e que passou a transpirar a palavra “crise”. Esses percursos incorporam a experiência, com um passado que está presente, que pode ser incorporado e recordado. Essa experiência é transmitida por gerações ou instituições variadas, com reflexos na experiência de cada um. Num momento em que os seres humanos vão sendo considerados descartáveis como cidadãos, por irem deixando de ser consumidores, através do que provém de um salário, é imperativo entender em processo os mercados de trabalho como construções políticas e económicas, com implicações sociais e culturais localizadas.

Na antropologia construímos o saber assente em relações que criamos. Iniciei um trabalho de terreno do lado português da

fronteira, em 1987, com o concelho de Verín em frente. Fica no sul da província galega de Ourense, no estado espanhol, e estava perpassado por algum frenesim produtivo, entre formatos de uma agricultura camponesa, de outra que aproveitava a veiga fértil para cultivos de maior escala, de uma construção civil pujante, de mulheres que trabalhavam nos *talleres* de costura sob várias modalidades. Mais, toda esta zona de fronteira entre a Galiza e o norte de Portugal enquadrava um contrabando que entrava nos fluxos globais de mercadorias que passavam ilegalmente. Permaneci nove meses por ali, enquadrados nos dois anos e meio em que vivi na fronteira entre o norte de Portugal e o Estado espanhol, em trabalho de campo. Voltei sucessivamente, em estadias entre três dias e alguns meses. No Verão de 2012, em 2015, e de novo no verão de 2017, dediquei-me sobretudo a procurar acompanhar algumas costureiras na zona de Verín, embora falar das condições de emprego no sector da confecção significasse abordar um tema em que o segredo desempenha um papel importante. Surpreendentemente, mais do que o próprio contrabando, feito clandestinamente. Trabalhar na costura, nas manufacturas ou em casa, é um assunto silencioso, que precisa da invisibilidade, o que conduz a uma grande desconfiança. “*No se fala, porque se precisa*”, dizia uma das mulheres. Não desvelar os mecanismos de exploração, muitos dos quais fora da legislação ainda em vigor, apesar de todos os atropelos mais recentes, parece ser uma das formas de continuar a ter emprego. Falei também com vários sindicalistas e um cineasta, que reiteram a relação local com a produção de confecção. Na genealogia das entrevistadas, na rede social de vizinhos e amigos, o trabalho de costura é sempre evidenciado, tal como o é a ligação às aldeias, numa zona em que o campo está presente no modo de vida urbano desta vila da fronteira com o norte de Portugal. Além dos meus núcleos de relações locais, que

são diversificados, devido às estadias e às visitas assíduas que faço a este terreno, procurei informação em fontes variadas, nomeadamente relatórios e planos oficiais acerca da comarca de Verín ou da província de Ourense, produzidos por entidades governamentais, autárquicas e sindicais, bem como nos sites da Internet respeitantes a um conjunto de organismos e empresas⁴.

Neste concelho, o emprego masculino na construção civil complementou, ou substituiu, o trabalho agrícola, quando este se desarticulou, dando continuidade a uma mudança que teve momentos diversos. A produção de confecção em modo industrial é um formato novo e intensivo, mas a Galiza teve uma poderosa produção doméstica de linho a partir do séc. XVIII, exportado para Portugal e Castela (MURADO, 2013, p. 134), a que se juntava a da Real Fábrica de Manteleria, na Corunha. Na Galiza, a produção doméstica do linho terá continuidade, num contexto em que a hereditariedade do trabalho agrícola fazia de um dos filhos o herdeiro privilegiado, e deixava os outros a terem de fazer pela vida. Ao longo do séc. XX, viria a ser habitual que as costureiras circulassem com a máquina de costura à cabeça, pelas casas das famílias, cosendo à mão e à máquina o que fosse preciso. Desde o pós-guerra, em ateliers de modistas ou em alfaiates, as mulheres locais ganharam destreza com as linhas e as agulhas. Quando cresceram os custos de mão-de-obra na Catalunha e em Valência, as descidas das taxas de lucro dificilmente eram compensadas com inovação técnica. A produção de roupa foi deslocalizada para outros pontos do Estado espanhol, com mão-de-obra mais dócil e barata, entre as quais a Galiza⁵. Num e noutra, há localidades em que a produção têxtil foi fulcral, frequentemente vilas pequenas com um entorno rural que alimenta dentro

4 Viria a dilatar o trabalho, com um conjunto de entrevistas realizadas em Lalín e Silleda, com Marta Negro, do Instituto da Língua Galega da Universidade de Santiago de Compostela.

5 Na Galiza ou no Norte de Portugal não surgiram casos como o de Roubaix, em França – uma cidade têxtil de grande centripetia, que atraía famílias inteiras da província (MOCH; TILLY, 1985) e do estrangeiro.

de uma mesma rede social a mão-de-obra da costura. Conjugavam-se com frequência, num mesmo lugar, fábricas, pequenas manufaturas e o trabalho ao domicílio, com continuidades evidentes em relação ao envolvimento rural. Em meios pequenos, as relações familiares e laborais entreteciam-se, fosse no local de trabalho, fosse fora dele, com o paternalismo como constante, num tempo longo⁶.

Nos últimos anos, os números relativos à concentração de capital desatualizam a uma velocidade alucinante. Em 29 de agosto de 2017, Amancio Ortega, dono da Inditex, estava na peugada de Bill Gates para detentor da maior fortuna, e já há vários anos que era a maior fortuna da Europa, segundo a agência *Bloomberg* (WITZIG, 2017). Segundo a mesma agência, a flutuação da permanência nestes lugares de topo das fortunas mundiais pode ser de horas, numa virtualidade que não desmente a concentração desmesurada do capital nos tempos recentes. Se, em 18 de Setembro de 2015, uma notícia entusiástica de *La Voz de Galicia*, “*Ortega, más cerca de pillar a Gates como el hombre más rico del planeta*”, dava conta de que a sua fortuna ascendera a 62.400 milhões de euros – e os lucros da *Inditex* subiram 37% no primeiro semestre do mesmo ano -, no dia 26 de Junho de 2018 ascendia a 75.400 milhões de dólares, ou seja, mais de 64.000 milhões de euros⁷. Com altos e baixos, a fortuna do dono da Inditex tem logrado manter-se e crescer, conquanto comparativamente menos que as restantes grandes fortunas, num processo que tem de ser visto em simultâneo com o da descida dos salários e o crescendo de seres humanos atirados para uma situação de lixo social, por ficarem desligados do emprego (ORTEGA, 2009;

6 Desde finais dos anos 1960, foi crescendo o papel ocupado pela indústria de confecção no contexto galego, sobretudo no emprego feminino. Hoje, chama-se-lhe “indústria da moda”. Além de marcas mais populares, produzidas pela Inditex (Zara, Massimo Dutti, Bershka e Pull & Bear), algumas das mais importantes marcas na atualidade são originárias de território galego: Florentino, Adolfo Domínguez, Roberto Verino ou Pili Carrera.

7 Ver: BLOOMBERG billionaires index: Amancio Ortega. **Bloomberg**, s/d. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/billionaires/profiles/amancio-ortega-gaona/>.

JIMÉNEZ, 2015).⁸ Em suma, o capital e as grandes fortunas não cessam de crescer, em ritmos diferentes e, em alguns casos, estonteantes, numa conjuntura em que são concomitantes as descidas do poder de compra de uma parte significativa das populações do globo, com uma descida dos salários, um crescendo de precarização e a deslocação de empresas dos países em que os trabalhadores haviam conquistado melhores condições, dirigindo-se para as designadas economias emergentes.

Quando as condições de vida se deterioram de maneira generalizada, o horizonte da expectativa, estreitamente dependente da experiência, remete para *lutas imediatas* (FOUCAULT *apud* NAROTZKY; SMITH, 2006), em que se encaram as instâncias do poder que são mais próximas, o inimigo imediato, sem buscar o “chefe adversário” ou uma solução no futuro: as revoluções, libertações ou a luta de classes estão fora do horizonte. Susana Narotzky e Gavin Smith publicaram em 2006 *Immediate struggles – People, Power and Place in Rural Spain*, uma obra decisiva na compreensão deste tema, com base numa etnografia longa na província espanhola de Alicante, numa região marcada longamente pela pluriactividade rural, em que convivem a grande propriedade e a pequena agricultura, o sequeiro e o regadio, a manufactura e o cultivo. Assentam num complexo de relações sociais, com uma rede interpessoal densa, uma longa história, uma paisagem de pequenas manufacturas familiares, agricultura comercial e indústria, famílias agrícolas pluriactivas e empresas efémeras. Este estudo de caso, conquanto num outro contexto do Estado espanhol, tem similitudes com Verín, no sul da província galega de Ourense, devido às condições que advieram de conjunturas recentes: numa e noutra, depois do final do franquismo, houve uma longa permanência da direita no poder,

8 Ver o gráfico: *BLOOMBERG billionaires index: Amancio Ortega*. **Bloombleg**, s/d. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/billionaires/profiles/amancio-ortega-gaona/>.

pautada por caciquismo e debilidade cívica, a que não foi alheio o processo de paz incivil que se seguiu à ofensiva golpista de 1936-39.

Algumas fortunas importantes da região reflectem o esbulho que a guerra tornou possível aos que a venceram, bem como a violência da repressão sobre os que houvessem nutrido simpatias pelo regime referendado, anterior ao golpe. Em 1936, o concelho teria bastantes militantes da CNT e da UGT, e era governado por uma coligação entre a Izquierda Republicana e o PSOE (DASAIRAS, 2007, p. 8). As famílias dos que foram perseguidos, presos e mortos também eram vexadas e ultrajadas. Instalou-se um temor disseminado, intersticial e continuado, que dividiu as pessoas e as casas, com redução ou corte das relações em comum e das formas de organização, de modo duradouro: entre 1936 e 1975, a que se seguiu uma *Transición* para a democracia, muito pactuada.

O termo “cultura” é usado para justificar atitudes e predisposições (GODINHO, 2010): sob um formato local e regional (Verín ou a província de Ourense), ou nacional (a Galiza), a cultura é usada como explicação da apatia, do caciquismo e da prevalência de uma mão-de-obra aparentemente disciplinada e aquiescente. A reificação de imagens e a atribuição de características pessoais aos povos e às comunidades, alimenta uma psicologia étnica, que subvaloriza o tempo longo e a hegemonia, indispensáveis para compreender a realidade num dado momento. Obnubila-se que a Frente Popular venceu as eleições de fevereiro de 1936 em três das quatro províncias galegas, que o Estatuto Autonómico tinha sido aprovado, que os sindicatos anarquistas e o sindicalismo agrário comunista desfrutavam de alguma importância, que os socialistas e a Izquierda Republicana, que integravam a Frente Popular, eram as duas forças maioritárias em Verín, desde fevereiro de 1936. Perceber as práticas atuais no que toca ao trabalho e à percepção do futuro significa compreender

como essas práticas, que não são todas similares, nem unívocas, contribuem para a configuração de uma ambiência cultural que torna possível a exploração.

Para este trabalho, entrevistei e contactei pessoas que produzem coisas (ou que pararam de produzir) e ideias, que pensam no que produzem, no que acontece e no que pode ocorrer, enquanto delineiam o futuro a partir das experiências inerentes às respectivas vidas. Sempre foi delas que partiu o saber aconchegado da antropologia.

2. Olhar a partir de um local: Verín e a produção têxtil

Verín é uma zona agrícola de terras planas e férteis, na veiga do rio Tâmega, em que se cultiva milho, batata, hortícolas e fruta em menor grau, e onde cresceu o cultivo da vinha nos últimos anos: o vinho possui uma Denominação de Origem (D.O. Monterrei). Destaca-se também a riqueza em águas com propriedades terapêuticas, engarrafadas e vendidas no mercado espanhol. Até aos grandes fluxos migratórios para a Europa, iniciados no final dos anos 1950, o modo de produção local reportava-se a um ecótipo camponês, com grupos sociais com diferenças de riqueza associadas à posse de terra, laborada sobretudo no âmbito da casa. Algumas famílias recrutavam mão de obra, outras possuíam menos terra do que a necessária, e vendiam força de trabalho, num âmbito local, a que se juntava a porosidade de uma fronteira, perpassada por uma veiga de fácil circulação.

A partir dos anos 1980, a construção civil, e o trabalho subcontratado em obras públicas foram uma fonte de emprego importante, em micro ou pequenas empresas, embora sem formação profissional

específica. Vários entrevistados diziam que, ao longo dos últimos trinta e cinco anos, uma família “média” de Verín teria o homem na construção e a mulher na indústria têxtil. O município de Verín terciarizou-se e, embora não deixasse de ser rural, tornou-se menos agrícola⁹. Contrasta com os outros da mancomunidade, mais ligados à agricultura, à indústria e à construção (CONCELLO DE VERÍN, 2009, p. 40). Quase 70% dos habitantes de Verín trabalham nos serviços, e, na comarca, são 61% (CONCELLO DE VERÍN, 2009, p. 73)¹⁰. O comércio, que aproveitava o carácter fronteiriço, viu-se afectado pela construção de novas vias de comunicação, que desviaram o trânsito do centro, sendo possível circular para Vigo, Ourense, Madrid e Portugal sem cruzar a vila. As grandes superfícies comerciais, em Ourense ou Vigo, com muita publicidade e políticas de preços devastadoras para o pequeno comércio local, inviabilizaram a manutenção de algumas lojas. Nos últimos tempos, nem o IVA mais favorável conseguiu atrair suficientemente o público português, devido a uma pior situação económica desse lado da fronteira. Todavia, as trocas legais foram favorecidas com a eliminação das barreiras alfandegárias (CONCELLO DE VERÍN, 2009, p. 73).

Ao paralisarem algumas grandes obras públicas e a construção civil, em virtude da conjuntura económica, depois de concluída a ligação de autoestrada entre Verín e Portugal, decaiu o emprego

9 Segundo a classificação da OCDE, Verín seria uma *Região Predominantemente Rural*, cujos habitantes vivem em municípios com menos de 150 habitantes/km². Na vila viviam 9796 habitantes em 2005, enquanto a maioria da população da comarca residia em núcleos de menos de 500 habitantes. Segundo dados do Instituto Galego de Estatística referentes ao movimento migratório em 2006, o saldo era positivo, com 126 pessoas a abandonarem o território para o estrangeiro e 455 estrangeiros a fixarem-se ali, sobretudo portugueses, atendendo à proximidade (CONCELLO DE VERÍN, 2009, p. 23).

10 A consideração de que a população mundial se concentra em grandes metrópoles – replicada no Estado espanhol, e na Galiza em particular, com a população e o dinamismo económico sobretudo no litoral, em Vigo, Pontevedra, Santiago, Corunha e Ferrol – conduz a que outras zonas pareçam estar em perda demográfica, reflectida igualmente no que toca às actividades produtivas tradicionais. Segundo números do Instituto Nacional de Estadística respeitantes a 2005, a percentagem da população galega que se encontrava nos 3.307 km² das zonas urbanas era de 65.13%, enquanto, nas zonas rurais (26.067 km²), residiam 34,87% da população (INE *apud* CONCELLO DE VERÍN, 2009, p. 8). Na comarca de Verín, essas perdas têm sido assinaláveis, o que corrobora o processo vivido na província de Ourense. Desde 1991, salvo o concello de Verín, todos os da comarca vêm perdendo gente, embora se verifique alguma transferência para a sede da Mancomunidade.

neste sector. Com a quebra na construção civil, as indústrias associadas – os vidros, os móveis, a canalização, o ladrilho etc. – sofreram igualmente. No caso da comarca de Verín, as madeiras destinadas a móveis, aqui alvo de uma primeira transformação, também entraram em queda. Segundo dados do Ministério de Trabajo y Asuntos Sociales, e da Tesorería General de Seguridad Social, a percentagem de desempregados no concello de Verín, em 31/03/2008, era de 14,7%¹¹. A taxa de desemprego absoluta era o dobro da média de Espanha, antes da subida exponencial que o desemprego conheceu em todo o Estado espanhol a partir de 2011¹².

Entre as 1678 empresas registadas em 2007, 1031 não tinham qualquer empregado (61,4%). Também não havia empresas com mais de 250 trabalhadores e só 5 tinham mais de 50 pessoas ao serviço, num panorama marcado por microempresas, sem trabalhadores ou com menos de 10 trabalhadores (97% do total), como os dados de terreno e as entrevistas também comprovam. Embora os números respeitantes a 2006 indiquem só 18 estabelecimentos da indústria têxtil e de confecção, estes poderão ser pouco exactos, pelo carácter intersticial e domesticável desta actividade, e pela economia subterrânea que convoca.

O sector têxtil enfraqueceu, depois de um momento culminante no final dos anos 1980 e na década de 1990, como nota o relatório concelhio, que refere uma perda de empregos, em resultado da deslocalização de uma grande empresa. No *Plan de Trabajo*,

11 Note-se que o desemprego na comarca atingia 14,6% da população, 9,6% na província de Ourense e 8,6% na Galiza. Na totalidade do Estado espanhol era de 7,4%. Ou seja, localmente registavam-se índices de desemprego francamente superiores. Em setembro de 2013 o desemprego na Galiza atingira os 21,6%. A descida para 17,7% no primeiro trimestre de 2016, com uma percentagem de 43,7% no desemprego de jovens com menos de 25 anos, deve ser matizada com os números da emigração, que aumentou. Fonte: <http://www.datosmacro.com/paro-epa/espana-comunidades-autonomas/galicia>.

12 A transferência de emprego e de actividade a partir do sector primário não se fez para os outros sectores, mas para a inactividade. Ou seja, os que deixaram de trabalhar na agricultura fizeram-no por terem envelhecido e/ou por se terem reformado. Por outro lado, trata-se de uma zona com pluriactividade, em que a agricultura pode complementar outras actividades e manter-se depois da reforma, e aligeira na atualidade uma circunstância difícil.

é mesmo o sector com maior decréscimo de contratos (UPD LIMIA-VERÍN, 2011, p. 10). Apesar de haver um ciclo escolar de *Formação Profissional de Moda e Design*, tem pouca saída na actualidade (CONCELLO DE VERÍN, 2009, p. 71), num momento em que restam poucas pequenas manufaturas (*talleres textiles*), quase como o único testemunho do que foi esta actividade. Segundo algumas entrevistas, nos últimos cinco anos, terá havido um novo crescendo de trabalho clandestino.

Através dos dados da Segurança Social quanto ao trabalho em Verín, verifica-se que a sede da Mancomunidade é também o grande centro do emprego da zona, para o qual se deslocam pessoas vindas dos *concellos* em redor (CONCELLO DE VERÍN, 2009, p. 35). As baixas taxas de emprego femininas na comarca (30,2%, com o concello de Castelo do Val a registar só 20.2% de emprego feminino, e no pólo oposto, Verín, com 38.5%) não significam que as mulheres não trabalhem, efectivamente, mas tão só que não estão registadas, podendo desenvolver as suas tarefas produtivas ilegalmente, ou em casa¹³. O relatório referido olha para estes baixos índices do emprego feminino como uma perda de potencial laboral. Os dados reportam-se a um tempo recente, em que se tornou mais inconsistente o emprego feminino – e o emprego, em geral - devido à deslocalização da produção têxtil. As empresas que subcontratavam as manufaturas locais partiram em busca de uma mão-de-obra ainda mais barata e dócil, com menos impostos, menos protegida pelos Estados e pelos sindicatos. Sobrou, por aqui, o trabalho à peça, domesticado, a desindustrialização e o desemprego¹⁴.

13 Uma idêntica situação é referida por Inês Fonseca para as mulheres da Baixa da Banheira, nos arredores de Lisboa (FONSECA, 2012, p. 133-143).

14 Uma das costureiras entrevistadas pela produtora Illa Bufarda para *Fios fora* (2015) designa o tempo actual como *uma tristura*, devido às *máquinas mudas*, porque as mulheres gostavam de coser.

Há uma estrutura atomizada de autoemprego e microempresas com alguma volatilidade, evidenciada pelo seu aparecimento e desaparecimento rápido¹⁵. Em 2011, entre as empresas de todos os tipos registadas na comarca, 51% tinham sido criadas nos últimos quinze anos, havendo registo da desarticulação de grande parte das que se dedicavam aos têxteis e à confecção no mesmo período. Parecem efémeras, cumprindo um ciclo e, quando atingem um limite, mantêm-se pouco tempo, declinando durante um período de crise. Esta volubilidade coíbe as possibilidades de ação colectiva, sem assinalável desenvolvimento das contradições.

A comarca fica distanciada da rede ferroviária, o que impede a ligação directa com Madrid. O traçado do comboio de alta velocidade, que ligou a Galiza com a Meseta, distancia a comarca desse elo. *Menos mal que nos queda Portugal*, cantavam os *Siniestro Total*: no mesmo relatório, salienta-se o carácter transfronteiriço da comarca, com influências mútuas fortes entre o norte de Portugal e esta zona da Galiza. Tal como havia registado no caso português (GODINHO, 2011; GODINHO, 2012), através de uma região transfronteiriça, supera-se a periferia com Madrid e Lisboa, com liames políticos que transcendem a relação com os Estados centrais e conquista ela própria centralidade, através de programas europeus comuns, como a constituição da *Eurocidade* de Chaves/Verín, em 2012.

A desarticulação da indústria em nível local é concomitante à insistência no sector do turismo, com o levantamento de recursos susceptíveis de atrair visitantes: a paisagem, com destaque para a bacia do Tâmega e os bosques de montanha; as águas com valor terapêutico, conquanto os balneários estejam inativos; o património histórico, que integra o castelo de Monterrei, várias igrejas, um castro; o património cultural, nomeadamente através de várias sendas

15 Os números reportam-se igualmente à zona da Limia, pois o documento de que se dispõe é conjunto. Cf. UPD LIMIA VERÍN, 2011a; 2011b.

dos caminhos de Santiago, de diversas manifestações de interesse turístico, como os *Entroidos* de Verín e Laza, da feira do Vinho de Verín e de várias festas locais.

3. Tempos e práticas económicas: ganhar a vida

*Al principio iban de casa en casa com la máquina en la cabeza, bajo un molido hecho con trapos enrollados. Les pagaban los arreglos y les daban de cenar. Como lo hacían bien, enseguida montaron el taller. Dos máquinas, dos mesas com sus sillas, un retrato del Generalísimo y dos mulleres” (Cristina Sánchez Andrade, *Las Inviernas*, 2014, p. 42).*

Durante um tempo longo, o centro da actividade nesta zona foi a agricultura, centrada na casa como unidade de produção e de reprodução. Esses núcleos basilares da produção e reprodução estavam associados a um nome, às terras, aos edifícios, às alfaias e aos seres humanos, num mundo rural de proprietários, lavradores e jornaleiros, com formatos diversos de acesso à terra, que deixavam numa posição marginal os jornaleiros pobres, muitos pastores, caseiros, criados de lavoura. Nesse tempo longo, em diálogo com outras etnografias acerca da área, identifiquei cinco estratégias de perpetuação das casas: (1) um sistema de herança pautado pela unigenitura, que marginalizava uma parte dos herdeiros em relação à transmissão da propriedade, responsável pelos elevados índices migratórios para a América do Sul; (2) uma gestão do celibato do conjunto de irmãos que não acedia à *mellora*, e que permanecia em casa, associada à produção de filhos bastardos entre as mulheres jornaleiras; (3) a manutenção de formatos de família complexa nos grupos de proprietários e lavradores abastados, com forte centripetia da casa, que respondia adequadamente à manutenção de um lugar na estrutura social; (4) a residência predominantemente patrilocal, e

também natolocal, após o casamento; (5) a utilização de formatos de trocas de trabalho inter-casas, com carácter qualitativo, com circulação gratuita de mão-de-obra, porque a reprodução social requeria a complementaridade entre as casas, nos momentos em que era necessária mais mão-de-obra. As restantes tarefas eram enquadradas no âmbito da casa, na qual poderia caber às mulheres fazer a costura, no âmbito dos cuidados com os seus. Em famílias de mais posses, esse trabalho poderia ser contratado a mulheres que se haviam especializado, e que poderiam ser itinerantes.

Embora com emigração para a América do Sul, a continuidade desse formato económico ter-se-á mantido até ao ciclo migratório europeu dos anos de 1960-70, década em que se verifica um fluxo de gente com destino a vários países. Quando se iniciou a desarticulação deste modo de produção camponês, que foi marcante em ambos os lados da fronteira, nesta região de pequena e média propriedade, abriu-se caminho a uma segunda forma, que adequou uma aptidão adquirida pelas mulheres. O trabalho da costura, que fora realizado de modo itinerante, ou dentro de casa e para um círculo estreito, começa a associar-se a uma nova modalidade, no âmbito da produção capitalista: a confecção de pronto-a-vestir, com várias possibilidades de organização local. Os baixos salários pagos contavam frequentemente com um suplemento, provindo do trabalho extra em terrenos familiares, numa transição entre a agricultura e a produção têxtil com interstícios aproveitáveis, que permitiam viver melhor.

Verin é berço de modistas, como diziam várias pessoas ao longo das entrevistas, uma expressão que emblematiza a relação das mulheres locais com as actividades ligadas à costura; gente que lida com os fios, os tecidos, as linhas. *Linea*, do latim, remete para o fio de linho, e *texere* para a tecelagem, de que derivam os termos têxtil ou tecido, com uma miríade de fios entrelaçados (INGOLD, 2011, p. 84).

As relações de produção capitalistas penetraram devagar, por vezes eivadas por modos de patrocínio, recobertos por paternalismo, pela ênfase no local e num modo corporativo de o conceber, embora os ritmos de trabalho se intensificassem. Os fios entrelaçavam-se, a costura des-domesticava-se e o controlo da produção escapava agora ao domínio da casa. As novas condições de produção capitalista do pronto-a-vestir poderiam voltar a usar a casa, como se verá, através de uma re-domesticação de tarefas de confecção, num dos formatos de organização do trabalho, aprimorados ao longo das décadas de '80 e '90, que permitiram edificar um localismo corporativo, ao responderem a situações diferenciadas quanto às dimensões e organização das empresas desse sector.

Em primeiro lugar, tem-se a *grande empresa*, que pertence a um estilista local reputado, onde as condições de trabalho tiveram melhorias progressivas, sobretudo devido a uma severa inspeção do trabalho, em resultado de uma denúncia. Com uma mão-de-obra especializada, numa zona em que o saber técnico das mulheres é significativo, o costureiro afamado produz em Verín a sua coleção destinada às *passerelles*, e mantém no local a administração e as tarefas de criação, realizadas por pessoal especializado, com formação técnica e artística. As mulheres que ali trabalham sentem que integram uma elite local de trabalhadoras, que se destacam pela sua reconhecida habilidade prática, não sendo despidendo o conhecimento da moda do ano seguinte, por antecipação, que constitui um ganho simbólico significativo.

Em segundo lugar, depara-se com manufacturas que integram cadeias de produção externalizadas. Uma cadeia é uma prisão a um ritmo de trabalho, a um lugar no processo de produção, e a tarefas em sucessão, como lembramos com Charles Chaplin, em “Tempos Modernos”. A separação entre os sectores de concepção das peças,

com os desenhadores de moda e os organizadores da produção numa sede, a que se segue a sua distribuição e execução noutro local, mantém o desligamento dos vários setores, como se notava em etnografias clássicas do mundo operário¹⁶. Aqui, o corte da roupa ocorre à distância e as peças são distribuídas já talhadas, a partir da empresa contratadora, através de intermediação. Nas manufacturas, pode haver três modalidades. A que congrega mais gente, abrange várias cadeias de produção em simultâneo, que trabalham para várias marcas reputadas da moda (e para o estilista local), ou para outras de consumo popular. Todas essas marcas externalizam uma parte ou a totalidade da produção, e descarregam-se dos custos das máquinas, do recurso ao crédito, da contratação das costureiras e engomadeiras, dos descontos para a segurança social, ou dos seguros de trabalho. De modo irónico, vários sindicalistas referem o “milagre” do crescimento das fortunas, assente nestes custos que foram descartados, remetidos para uma dimensão local. As empresas que dão marca às peças são acusadas de irem reduzindo o preço por peça confeccionada. Enquanto se engrandeciam, sem recorrer ao crédito, os proprietários das manufacturas tinham de endividar-se para modernizarem o equipamento e comprarem novas máquinas, devido à baixa tendencial da taxa de lucro.

Para os empresários que se lançaram na manufactura e montaram oficinas, ao longo dos anos 1980 e 1990, o negócio dependeu da sua resposta ao ritmo de produção imposto pelas empresas que externalizavam trabalho, capacidade de se mecanizarem, e da iniciativa. A confeção, ao contrário de outras produções, é fácil de transferir para paragens de mão de obra mais barata e com menos direitos, pois os produtos não são perecíveis, não quebram, nem se deterioram no

16 Sónia Ferreira, referindo-se às operárias de diversos setores em Almada, nos anos 1940 e nas décadas seguintes, registava essa diferença entre dois mundos, de qualquer modo, mais perto entre si: os dos trabalhadores administrativos e os da execução (FERREIRA, 2010).

transporte. A regra é confeccionar onde a mão de obra é mais barata e vender os produtos onde existe maior poder de compra – ou seja, uma camisa pode dar a volta ao mundo.

Ainda que aparentemente as condições locais – baixos salários, incentivos variados, desregulamentação do trabalho – permitissem grandes lucros, as empresas do *logo* (KLEIN, 1999) transferiram a produção para locais com custos mais baixos de mão de obra, e para o trabalho doméstico. A pressão da deslocalização fez descer ainda mais os custos de produção local, devido ao recurso a dois níveis de distribuição do trabalho: (1) às trabalhadoras domésticas, sem mobilidade devido à dependência das suas casas em relação aos salários dos seus membros, que estão associados a uma dada localização; (2) à utilização de manufacturas, algumas das quais ilegais, filadas através do crédito, da semilegalidade e da localização. Ou seja, a deslocalização e posterior realocação da deriva da produção pelas empresas que dão marca dos produtos costurados, reproduzindo em moldes idênticos ou agravados as modalidades de exploração localmente experimentadas, não pode ser acompanhada de uma idêntica circulação das unidades de produção que se encontram abaixo, assentes na localização e, no nível mínimo, centradas na própria casa da família. Como salientam Boltanski e Chiapello, citando C. Lyon-Caen, ao externalizar a produção, os empregadores mantêm as mãos livres através de um conjunto de procedimentos: (1) limitam as suas obrigações, não tendo de pagar indemnizações por despedimento; (2) os salários intermitentes permitem o trabalho ocasional e dificultam a distinção entre o trabalhador independente e o assalariado; (3) aproveitam a vantagem das novas situações jurídicas, como os estágios, os contratos emprego-formação, em que se tornam ao mesmo tempo empregadores e formadores; (4) podem recorrer a empresas de trabalho temporário, que lhes fornecem uma

mão-de-obra móvel, barata, sem direitos sociais, convencionais ou estatutários, reduzindo o número de funcionários contratados; (5) recorrem à “filialização”, à “prestação de serviços”, ou constroem as suas próprias empresas de trabalho temporário (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999, p. 303-304). Ao mesmo tempo que distanciam de um lugar, descontextualizam e afastam as pressões sociais e morais.

No caso estudado, só o estilista local mantém em Verín uma unidade de produção maior, cumprindo inevitavelmente as leis, honrando os compromissos com os sindicatos, e recorrendo a formas paternalistas. Numa teia de proximidade, com as costureiras inseridas no seu contexto de referência, criam-se mais condições para uma *economia moral* (THOMPSON, 1971), com os empregadores a terem de observar as suas obrigações cívicas e legais. Porém, como demonstra Jane L. Collins (2002, *cit.* EDELMAN; HAUGERUD, 2005), cada vez mais o capital e o trabalho estão fisicamente distanciados. No seu estudo acerca de uma empresa têxtil de malhas, com uma fábrica que permaneceu na Virgínia durante 57 anos e se deslocou depois para o México, Collins recorda-nos que quando os patrões se encontravam frente a frente com os trabalhadores, tinham de acordar com estes uma distribuição mais ajustada das recompensas e dos esforços pedidos, atendo-se a padrões de justiça. Numa espécie de economia moral, para a qual contribuiu a organização dos trabalhadores e o sindicato, essa vertente da decência que edificava as relações deixou meros resíduos quiméricos na passagem para o México. Os patrões alegaram pressões competitivas para a abertura da nova fábrica e para o encerramento da anterior. No México, os trabalhadores passaram a ser empregados por uma empresa sem ligação à sua comunidade, que subcontratava e diluía a ligação. Ao realizarem um investimento mínimo nos sítios onde vai decorrer a produção, pela sucessiva externalização do trabalho, os empresários deixam

pegadas ténues. A autora alega que é a mobilidade das empresas e a construção que estas fazem de processos de produção desenraizados que se torna decisiva no corte entre empregados e empregadores dentro dos espaços em que ocorre a reprodução.

Nas décadas de 1980 e 1990, o ritmo era acelerado nas manufaturas de Verín, e admitiam-se quase todas as mulheres que se apresentassem. Dificilmente estas trabalhadoras se mantinham, porque as condições eram muito duras e não se cumpria o que constava dos contratos. Havia também mulheres imigrantes, sobretudo sul-americanas¹⁷. Na viragem do milénio, alguns agentes locais tentaram erguer uma “Plataforma para o desenvolvimento da comarca de Monterrei”, que implicava outras regras. A grande companhia mundializada desativou então a contratação em nível local, e partiu para paragens de mão-de-obra mais barata, com menos direitos, onde a deriva da produção tivesse custos mais reduzidos, e frequentemente desprezando as condições de segurança laboral, como sucederia em tantas situações.

Estas manufaturas podem ser de capacidade variada, desdobradas em pequenas cadeias de produção, dirigidas frequentemente por uma mulher, que comprou as máquinas, ou que administra o *taller* de alguém que as comprou, com fundos próprios ou recorrendo ao crédito bancário. Como primeira entre iguais, essa mulher cose, distribui e organiza o trabalho de oito a doze costureiras. Como notam Boltanski e Chiapello, nas indústrias de vestuário houve um incremento da taylorização, que recuou noutros domínios do setor secundário (1999, p. 293). Estas cadeias de produção únicas recebem da empresa contratadora as peças já cortadas, encarregam-se de as coser, montar e transformar em produto final, verificado quando

17 Sobre o trabalho dos imigrantes, o *Plano de Empleo* delinea um conjunto de medidas que proteja os trabalhadores nessas condições, mais fragilizados que aqueles que dispõem de uma rede social local (*PLAN DE EMPREGO*, 2011, p. 47).

é entregue. Foi este nível de pequenas empresas que mais sofreu com a desarticulação da produção local, afogadas pelo crédito, pois não puderam seguir o formato de “*fábrica andorinha*”, que segue atrás das vantagens dos incentivos fiscais e da mão de obra mais barata (KLEIN, 1999, p. 248), podendo ser um desdobramento de subcontratação pelas manufacturas maiores. Quando a produção de confecção se deslocou para Portugal, Marrocos, Macedónia, Bulgária, Turquia, China, Bangladesh, ou outros países, tiveram de arcar com as dívidas¹⁸.

Uma terceira possibilidade de organização da produção, num nível abaixo, foi muito característica nas décadas de 1980 e 1990: um conjunto de mulheres criava uma “cooperativa” e comprava as máquinas, com o apoio de subsídios e com empréstimo bancário. Este formato alimentava a ideia de que cada mulher podia montar a sua própria empresa com baixos custos, conquanto não empregassem mais ninguém, pois não haveria máquinas disponíveis, ou só o faziam em momentos de grande intensidade de trabalho e/ou quando alguma delas ficava impossibilitada – por parto ou doença. Em princípio, embora o termo “cooperativa” sugerisse formas de trabalho em equipa, o esforço de constituição destes grupos passava por uma avaliação das cooperantes, de modo a que a capacidade, o conhecimento, a experiência, a energia e a persistência fossem maximizados. Frequentemente, cada mulher contribuía só com a sua própria máquina. Neste nível, a quantidade e a qualidade de trabalho são alvo de comparação entre companheiras, e a redistribuição equitativa do rendimento entre todas gera tensões internas, com uma grande atenção em relação ao que cada uma faz, já que o pagamento pelo trabalho realizado é idêntico.

18 Parece cumprir-se o que Marx demonstrava, com a substituição do trabalho especializado por não-especializado (embora longínquo, é mais barato e submisso), de trabalhadores maduros por imaturos, de homens por mulheres. Com *retranca*, o formato comum do humor atribuído aos galegos, uma mulher sugere que a Xunta de Galícia também poderia ser enviada para a China, porque provavelmente também seriam menos onerosos nos custos de administração.

No documentário *Fíos Fora* (ILLA BUFARDA, 2015), um empresário salienta também a “tradição” galega da confecção, realçando que, nos anos de 1980, era fácil montar uma empresa no setor, pois havia saberes disponíveis para tal. Nessas empresas, que pululavam, as mulheres ainda podiam levar trabalho para fazer em casa. Dentro das manufaturas, havia quem cumprir metas. Em casa, o trabalho era pago à peça e algumas vezes, quando os patrões mantinham salários em atraso, eram ressarcidas “em géneros”, ou seja, através das roupas confeccionadas e que não tinham sido escoadas. Esta quarta modalidade, em que o trabalho é realizado em casa, passa pela distribuição a costureiras isoladas das peças a executar, conseguindo descer ainda mais os custos de produção. Neste nível, uma só trabalhadora executa em sua casa as peças, que são distribuídas por alguém ligado às grandes cadeias têxteis, potencialmente em situação de a-legalidade e sem quaisquer direitos. Estas mulheres são suscetíveis de serem utilizadas só em momentos críticos, e descartadas após a execução de uma dada tarefa. São contratadas para realizar trabalhos morosos, que podem requerer um elevado nível técnico, como os bordados, as roupas de festa, os vestidos de casamento ou baptizado, ou que exijam tarefas feitas à mão, como os forros, a aplicação de rendas e lantejoulas, ou o ajur. Se essas tarefas fossem realizadas numa manufactura, encareceriam o custo da mão de obra. Nesta última modalidade, que responde ao repto do empreendedorismo, a re-domesticação do trabalho não se confunde com a do modo de produção camponês, que se identificou em primeiro lugar. Tal como lembram Susana Narotzky e Gavin Smith (2006), há que distinguir *trabalho de casa* e *trabalho em casa*, o primeiro correspondendo às tarefas domésticas, o segundo à realização de tarefas de manufatura nas suas residências. Embora decorra em casa, o controlo da unidade familiar sobre esta forma de

produção é escasso. As mulheres seriam alegadamente beneficiárias, sentir-se-iam mais livres trabalharem por conta própria, em casa, e mais disponíveis para flexibilizar os seus horários, de acordo com os ritmos da sua família. Aparentemente, favoreceriam vários corpos da sociedade: a família, a empresa, a economia nacional. Porém, porque cada uma receia ficar excluída da redistribuição do trabalho, por incapacidade técnica ou por condições inerentes à sua vida e à sua família, sob grande pressão e vulnerabilidade. Os elementos do agregado podem ser integrados no próprio processo pelo membro da família que recebe trabalho para fazer em casa. Como notam Susana Narotzky e Gavin Smith (2006), torna-se evidente para os que estão envolvidos no processo que os membros mais frágeis da família - as crianças, os velhos, os deficientes ou os doentes - são um obstáculo que dificulta alcançar as metas. Pagas à peça, trabalham até muito tarde, num ritmo autoimposto. Se, ao longo do dia, as mulheres não conseguem levar a cabo as tarefas que lhes são consignadas, levantam-se de noite: há que cumprir as metas de produção para continuar na lista da distribuição de trabalho.

As empresas que entregam as peças a coser asseguram a intensidade do trabalho sem ter de o vigiar, e concentram a inspeção na qualidade do produto final, um momento de tensão para a costureira. Este contrato por peça pode igualmente existir nos níveis anteriores na empresa do estilista local e nos *talleres*, diluindo-se sucessivamente à produção, pois cada mulher encarrega-se de arranjar outras e de as remunerar, a partir do que ela própria recebe, numa cadeia em que cada uma tenta pagar cada vez menos. O salário à peça, a partir do trabalho realizado em casa, é recoberto com uma ideologia assente na liberdade, no empreendedorismo, na independência e autonomia das costureiras, na possibilidade de concatenar a esfera reprodutiva e os cuidados com o trabalho

produtivo. Serve para aumentar o horário e o ritmo de trabalho autoimpostos, com as mulheres a serem descartadas nos momentos em que a produção escasseie, e sobre-exploradas quando a apresentação de roupa de uma dada estação seja premente.

Se estivessem num *taller* ou na manufactura do grande costureiro local, estas costureiras teriam pausas de refeição e um momento, mesmo que adiado, de finalização do trabalho, a partir do qual começava o descanso e o ócio. São elas que prolongam a jornada de trabalho, embora o preço por cada peça permaneça constante. Por outro lado, as tensões, as contradições e os conflitos inerentes à produção decorrem no nível circunscrito da casa. Pelas características da distribuição do trabalho e da execução à peça, que assume a forma de encomenda, as entidades responsáveis pela distribuição, frequentemente empreiteiros introduzidos entre as costureiras e a empresa ligada a uma marca, transitam entre uma relação de patrões e clientes.

Estes quatro formatos produtivos (manufactura com várias cadeias de produção, só com uma fidelizada a uma empresa contratadora, cooperativa”, trabalhadora isolada) desencarregam a entidade que encomenda um dado produto quer da compra de maquinaria, quer de todas as despesas com a segurança social, os seguros contra acidentes de trabalho, as despesas de saúde etc.

A organização da produção de pronto-a-vestir em Verín desvaneceu-se e deu origem a uma nova fase, detectada a partir do final da década de 1990, e, de modo acentuado, desde o início do novo século, quando abrandou a contratação de mão de obra feminina local, devido à transferência da produção para outros pontos do globo, com recursos a trabalho ainda mais barato, menos vigiado, sem seguros nem descontos para a segurança social, na China, nas Filipinas, no Bangladesh, em Marrocos, na Tailândia, no Brasil. Em

Verín, seguiu-se um doloroso período de desemprego no sector, reflectindo localmente a crise mundial capitalista, a que se juntou uma bolha imobiliária, que também debilitou a mão-de-obra masculina, na construção civil.

Acompanhando um movimento mais recente de saída de gente, que deixou puída, envelhecida e sem esperança a sociedade local, vem-se assistindo ao retorno de formatos de contratação, mais gravosos e com mais baixos salários, como se o período de carência de emprego tivesse servido para disciplinar a mão de obra. Ainda que a produção local tivesse abrandado no decurso da primeira década do séc. XXI, recentemente vem sendo retomada. Em agosto de 2012 foi-me referido que uma destas empresas estaria a contratar, e que uma outra teria mais carros estacionados à porta do que nunca, sinal de que aumentara a procura desta mão-de-obra, num momento de crise tremenda de emprego. As mulheres deslocam-se de automóvel para estes talleres mais periféricos, partilhando a despesa. Por vezes, residem na periferia de Verín, em aldeias ou nas sedes dos concellos vizinhos, e fazem o movimento pendular inverso.

Demonstra Silvia Federici (2013, p. 109) que

la globalización del mundo económico ha causado una enorme crisis dentro de la reproducción social de las poblaciones de África, Asia y Latinoamérica, y que sobre estas bases se ha asentado una nueva división internacional del trabajo que se aprovecha del trabajo de las mujeres de estas regiones en beneficio de la reproducción de la mano de obra «metropolitana».

A autora refere a existência de uma Nova Divisão Social do Trabalho, a que se procedeu desde finais dos anos 1970, e que implicou a deslocação para países “em vias de desenvolvimento” de formatos de produção que precisavam de trabalho intensivo, como

o têxtil e a electrónica. Concomitantemente, através da canalização de fundos estatais, mantêm-se subsídios que continuam a centrar-se no trabalho, cursos diversos, artifícios variados, numa ilusão da manutenção do emprego do passado.

4. Uma Nova Divisão Social do Trabalho: mulheres, reprodução e resistências

Numa tarde de Verão, fiquei num café de Verín, à espera de uma mulher que ia entrevistar. A entrevista fora combinada, mas a costureira avisaria que não conseguia chegar a tempo: tivera uma encomenda de várias dezenas de vestidos de noiva por parte de uma marca e, por ser verão, estava com dificuldade em conseguir “ajuda”. Ou seja, ela própria recrutaria familiares, amigas, vizinhas, a quem pagaria uma parte do que lhe seria atribuído, e cada uma executaria as tarefas em casa, replicando o que sucedia com a contratadora informal. Como se tratava de um trabalho altamente especializado – como sucede igualmente com os vestidos de festa e de baptizado –, era difícil conseguir outras mulheres que lhe dessem confiança técnica. Embora se salientasse o elevado nível técnico desta costureira, para poder cumprir as encomendas o trabalho, era desdobrado por outras. Estas situações de contratação por campanha são particularmente inseguras: no final pode não existir outro contrato, numa situação periclitante. Num caso limite de “flexibilidade”, a trabalhadora só é contratada enquanto faz falta para uma dada tarefa. A seguir, o contratador de mão-de-obra desembaraça-se dela, sem mais encargos.

Nos trabalhos de confecção, na zona de Verín, as mulheres são a mão-de-obra quase exclusiva¹⁹. São da primeira ou da segunda geração que procurou emprego fora da agricultura, mas que mantêm

19 Na fábrica do grande costureiro local, embora não houvesse nenhum homem a coser, eles trabalhavam na secção de corte, ou seja, no trabalho mais especializado, criativo e bem remunerado.

ligações quase constantes com ela. Socializaram-se na vila, num modo de vida urbano, em que sair à rua, dirigir-se ao local de trabalho e encontrar-se com as companheiras implicam um uso do espaço público distinto do modo de vida rural. Todas têm relação com as aldeias, e é frequente que, ao fim de semana, recorram à casa dos pais, dos sogros ou dos avós, para trazer produtos da horta, fruta, ovos. Grande parte delas são filhas de emigrantes, que saíram desta zona rural entre o final da década de 1950 e os anos 1970, podem ter passado algum tempo com os seus pais no estrangeiro, mas voltaram frequentemente antes da escolaridade, que decorreu perto dos seus avós. Envolvidas numa teia social, com múltiplos fios que se entrecruzam – o parentesco, a amizade, a vizinhança, o compadrio –, a maioria conseguia agenciar melhores condições, através da circulação por manufaturas ou cooperativas. Com idades compreendidas entre os 30 e os 60 anos, estas mulheres põem em jogo as possibilidades abertas por uma memória genealógica, local, de ofício, e fazem uso de um conjunto de dispositivos sociais e de modalidades variadas, entre as regras ou as leis – do trabalho, por exemplo –, e as estratégias.

Numa situação de abundância de trabalho, a circulação de mulheres entre empresas ou no trabalho doméstico dependia de três fatores: (1) o adestramento técnico e a rapidez na execução do trabalho, que facilitava a contratação; (2) as condições de trabalho, que tornavam a mão-de-obra estável ou instável; (3) o entendimento subjetivo de uma situação de vantagem, num momento determinado da vida pessoal. Nas entrevistas, emerge constantemente a referência a um horário de trabalho com hora fixa de entrada, mas com uma hora de saída difícil de determinar, com uma “flexibilização” banalizada do horário de trabalho: de horário suplementar, passível de pagamento extra, este tempo extraordinário constituía um horário complementar, não pago, num prolongamento do dia que faz baixar

o preço do trabalho. Mais frágeis estão as imigrantes, sobretudo sul-americanas, que foram referidas nas entrevistas, e a quem não acedi diretamente, alegadamente dispostas a aceitar condições draconianas, com horários de trabalho legais que não se cumprem. O direito à licença por maternidade não era necessariamente cumprido. No caso de duas das entrevistadas, por razões precisas, puderam aceder ao direito à licença de parto e aleitação. Uma delas era trabalhadora descontínua e as suas gravidezes e partos coincidiram com o período em que não trabalhava.

No passado, a aprendizagem do trabalho têxtil e de confecção envolvia aprender as regras do ofício e não uma formação escolar. A partir dos anos 1980, as instituições nacionais e autonómicas criaram um conjunto de cursos técnico-profissionais, que apresta e avalia o conhecimento de competências técnicas, legitimadas por diploma.

O estudo de caso com estas costureiras permite entender também o modo de reprodução: as tarefas de cuidados com os mais frágeis e as que se destinam à manutenção de um agregado escapam à contabilidade. Se é frequente falar da dupla jornada feminina, salientando que o trabalho das mulheres não termina quando saem do local de trabalho, no caso das mulheres que executam em casa o trabalho, a situação tem outra complexidade. Algumas salientam que foi desse modo que puderam criar os filhos e obter um rendimento para si: a reprodução é garantida pela manutenção das mulheres em casa, adaptando-se aos horários e às necessidades dos filhos, apoiando os doentes e os idosos. A segunda jornada é, neste caso, praticamente simultânea, ou pode conduzir as mulheres a erguerem-se de noite para terminar uma encomenda. O apoio à família, marcado pelo cuidado, não tem valor reconhecido, e empurra o trabalho que dá rendimento para outros momentos do dia e da noite, num esforço inusitado e desgastante. Por outro lado, se é frequente olhar para a

situação das mulheres operárias, dentro de casa, como “subalternas dos subalternos”, pela dominação de género, também se depara aqui com nuances: o desdobramento do trabalho pode usar vários elementos da família, quer do próprio grupo doméstico, quer de um nível extenso, mobilizando os mais novos e os mais velhos²⁰. Os amigos, os vizinhos e os parentes são fundamentais quer nos contactos que permitem aceder ao trabalho, quer no desdobramento das tarefas, através da activação de redes horizontais. São também importantes os laços com as chefas (donas ou responsáveis pelos *talleres*), bem como com os distribuidores de roupa para coser, que garantem a contratação.

O trabalho, domesticado e assimilado a uma tarefa caseira, não pode ser inspecionado. É a própria mulher a impor-se o ritmo e o horário, tendo que se inscrever ela própria como trabalhadora independente – ou empresária em nome individual, o que explica os altos números locais desta categoria – na segurança social, pagar o seu próprio seguro, ou optar por não o fazer, subtraindo no presente esses custos de antecipação do futuro. Em situação de crise, as vidas só podem manter-se ou melhorar através de longas horas de trabalho, com recurso ao movimento, à adaptação, à partilha de recursos e ao auxílio mútuo, havendo que articular um forte sentido de responsabilidade intrafamiliar. Embora a casa seja a unidade de produção – como sucedia na *casa* camponesa – subverte-se o núcleo doméstico, num processo que não controla, em que lhe escapa muita capacidade decisória.

A informalização, a *flexibilidade*, ou a dispersão da produção, fundem, com fronteiras pouco nítidas, as empresas e as casas, os empresários e trabalhadores, os mercados e redes de troca. Através

20 Cristina Borderias demonstra que o Estado espanhol tentou regular o trabalho das mulheres, contra os patrões e contra elas próprias. Acabou por reconhecer-lhes o direito ao trabalho, subordinado a uma economia familiar (BORDERIAS, 2007). Uma idêntica situação foi detetada por Inês Fonseca para as mulheres que cosiam ou faziam tricôt à máquina ao domicílio, numa freguesia a sul de Lisboa (FONSECA, 2012).

da derivação da produção, os contratadores do trabalho das costureiras podem dissimular-se como empregados (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999, p. 303)²¹. Nos diversos níveis, salvo no de visibilidade total associado ao nome da empresa – quando a marca também se apresenta na própria fábrica –, os ritmos de trabalho podem ser desenfreados, com as características próprias do respectivo patamar de produção.

Num documentário de 2015, *Fios fora*, de Illa Bufarda, vários empresários têxteis galegos salientam que, para que o setor seja dinâmico, tem de ser flexível. Por outro lado, são enfáticos quanto aos benefícios que o sector trouxe às mulheres galegas, considerados mais importantes do que aquilo que consideram como pequenas infrações. O termo usado é “ajuda” àquelas que não poderiam trabalhar de outro modo, o que subvaloriza o lado da economia submersa. Assim, quando “davam” trabalho – e mesmo tirar alinhavos em casa já era uma “ajuda” -, complementavam o rendimento doméstico. O que resultava do trabalho das mulheres era, então, uma dádiva e uma ajuda, em que o aumento da produtividade conduzia a que todos fossem ganhadores. Também, no caso de várias das costureiras entrevistadas, é salientado que se ganhava pouco, mas que era um dinheiro que permitia fazer face, com outra largueza, aos custos da vida no âmbito de um agregado doméstico. Por outro lado, os empresários salientam que foi sempre fácil entenderem-se com o poder político, porque o setor era fulcral para a Galiza, prevalecendo uma visão corporativa, que responderia ao repto da internacionalização.

As vidas das pessoas, embora suscetíveis às alterações, enquadram reflexos de um *habitus*, através do qual delineiam estratégias, com base nas possibilidades. As rotinas podem ser pegajosas, sustendo seres humanos desarticulados entre si, sem esperança e sem descortinarem

21 Como refere João Carlos Louçã, num trabalho acerca dos operadores de *call center*, há uma transmutação, que pode ir até à própria designação: o empregador passa de patrão a cliente (LOUÇÃ, 2014).

a capacidade de mudança das sociedades, presos a estratégias de curto prazo e de navegação à vista. Os dispositivos postos em ação recorreram à reserva de conhecimentos localizada, seja em termos técnicos, seja na rede social. As transformações sociais não decorrem de projetos a construir na história, mas, como apontava E. P. Thompson, são definidas pelas pessoas enquanto vivem a sua própria história (cit. BAPTISTA, 2013, p. 43). Como sugerem Susana Narotzky e Gavin Smith para o caso da zona da província de Alicante que estudaram, a construção das condições sociais que originam uma economia regional “flexível”, “sensível”, “adaptável” resulta de experiências históricas específicas e nem sempre agradáveis (NAROTZKY; SMITH, 2006, p. 177). Entender a relação entre os quotidianos que permitem resistir em tempos difíceis e a passagem a momentos acesos de luta, quando os seres humanos são empurrados além dos seus limites, do “trato humano”, da “economia moral” e da “*common decency*”, exige que se suba o rio da história. Num presente que parece um beco sem saída, vazio de futuro,

O reacerto entre a sociedade e a economia anunciado pela evocação da economia moral parece assim comprometido, tanto pelo objectivo e o âmbito das referidas normas, como pelo modo como estas podem surgir e ser concretizadas. Não é, assim, possível uma economia moral imposta pela sociedade. Tudo parece passar, afinal, pelo futuro que pode decorrer da luta persistente e continuada pela cidadania e pelo direito a viver com dignidade (BAPTISTA, 2013, p. 46)²².

22 As noções de *respeito* e *dignidade* emergiram várias vezes nas entrevistas. Eric Hobsbawm encara-as de forma dupla: por um lado, expressam a penetração dos valores *standard* e de classe média, enquanto, por outro, indicam igualmente uma atitude, sem a qual a classe trabalhadora teria dificuldade em organizar-se e os movimentos colectivos seriam impossíveis de construir (HOBSBAWM *apud* NAROTZKY; SMITH, 1996). Como lembram os autores, aceitar a exploração significa admitir trabalho árduo, por longas horas, com salário baixo e com a deterioração da saúde, mas não pode implicar falta de respeito por quem o leva a cabo. Há situações diferenciadas no que concerne ao que uma das entrevistadas denomina “trato humano”, que determina o nível de dignidade exigido pelas trabalhadoras, equiparável à noção de *common decency* de Orwell, que assenta numa sociedade que seja, em simultâneo, livre, igualitária e convivial (MICHÉA, 2013, p. 76). Na impossibilidade de finalizar de imediato com uma relação que é lesiva da dignidade, recorre-se ao *hidden transcript* (SCOTT, 1990), que é essencial em qualquer visão dinâmica das relações de poder. Pro-

Algumas soluções já testadas voltam a ser utilizadas. Tal como detetara ao longo do ano de 2012, numa revisitação a várias povoações do lado português da fronteira, no município de Chaves, também aqui as condições actuais converteram a agricultura numa possibilidade de garantir a sobrevivência em situações limite, ou de minorar as perdas, nos salários, nos subsídios e nas pensões.

Embora um *Estudo Socioeconómico* encomendado pelo município fizesse ênfase numa área específica dedicada à prestação de serviços aos idosos, destinada a melhorar a sua qualidade de vida e a ajudá-los no domicílio, através de teleassistência ou em centros de dia para a terceira idade (CONCELLO DE VERÍN, 2009, p. 129-130), as entrevistadas frisam quase com ironia, que, com o agravamento da crise, os idosos que se encontravam nos asilos foram retirados para casa, passando as famílias a reorganizar-se, no limite, com as suas pensões. Na linha do que fora comum nas unidades domésticas do passado, nesta zona, a *casa* voltou/continuou a ser uma unidade de produção e de reprodução, adequando-se à informalidade económica neoliberal. Uma mulher refere que os divórcios terão diminuído, não porque o entendimento entre os casais tenha crescido, mas porque a casa seria devastada economicamente por uma separação. A família assemelha-se a uma empresa rentabilizada, seja como unidade produtiva, seja para aceder a um conjunto de bens ou às prestações sociais em momentos de crise.

O medo disseminado corrói as modalidades de resistência expressa. Os vizinhos de Verín e, nomeadamente, estas mulheres trabalhadoras têxteis que vivem o desemprego, ou aceitam draconianas condições de trabalho, não parecem estar motivados para manifestações de rua, convocadas por entidades sindicais ou partidárias, ou para os restantes repertórios de luta conhecidos. Reatam

cura-se com ele um processo de satisfação psicológica mais ou menos seguro, eventualmente arrasador da reputação dos empregadores, embora de escassos efeitos práticos.

o reconhecimento do presente e anteveem o futuro à luz do que ouviram relatar, com recurso à *mètis*, o conhecimento prático.

Além da coerção a partir *de cima*, também a concorrência entre as mulheres dificulta a sua organização. Assim sucede para conseguirem o posto de trabalho e, depois, para o manterem, com ritmos de produção muito elevados. Só em situações por demais gravosas recorrem ao sindicato ou à queixa junto das entidades que regulam o trabalho. Frequentemente, não o fazem nem nessas condições, pois receiam não voltar a ser contratadas por outras empresas, pela sua reputação de rebeldes. À repetição dos gestos no trabalho em cadeia, que exige um ritmo acelerado, junta-se à dos quotidianos, das vidas, num tempo que parece eternamente igual, naquilo a que Robert Linhart denomina a *morna atmosfera de prisão* (LINHART, 1978, p. 25), com as condições do trabalho em cadeia a assemelharem-se a um universo semipenitenciário (LINHART, 1978). Com frio no Inverno e a transpirar no Verão, o trabalho nas oficinas podem arrasar a saúde. Relatam o caso de uma mulher com cerca de 30 anos, com varizes, que engoma em pé durante um dia inteiro. As idas à casa de banho são também controladas, repreendendo-se a empregada que se demore ou com as use com frequência.

Embora uma das modalidades de condicionamento da mão-de-obra local passe pela sua desorganização e isolamento, que permitem que a pressão – ou mesmo a chantagem – pelos empregadores sejam factores de coerção, algumas condições particulares e/ou determinadas conjunturas podem ser surpreendentes. Duas das mulheres apontam percalços imprevistos que as encaminharam para a sindicalização, devido ao incumprimento da lei pelos empregadores. Amas trabalhavam então para o grande costureiro local. Neste contexto, quem passa a formas ofensivas, pode pagar com o desemprego e a retaliação essa ousadia.

5. Como poderemos ganhar o futuro, quando o *capital viv[e] em plena orgia*²³? O trabalho é um cadáver em busca de inumação

Os fracassos têm o seu papel nas vitórias, embora estas não devessem vir empapadas em sangue. A Comuna de Paris, em 1871, foi derrotada, mas o horário dos trabalhadores franceses reduziu-se. Numa parte da Europa, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, os “três oitos” foram igualmente conquistados, com oito horas para dormir, oito para trabalhar e outras oito para fruir. Reduzir a duração do dia de laboração foi o resultado de uma luta acirrada, que se travou contra a assimilação do trabalho extra, que os proprietários dos meios de produção tentavam impor, frequentemente com o auxílio dos poderes públicos, por vezes além do próprio dia “natural” de 12 horas. Revisitar *O Capital* é perceber que as condições descritas para a Inglaterra da segunda metade do século XIX são hoje reencontradas noutros pontos do globo, abreviando as vidas ou interrompendo-as precocemente. Em 1866, as organizações de trabalhadores propunham as 8 horas como o limite do dia de trabalho²⁴. Porém, além de a aplicação desta limitação ter sido diferenciada por setor de produção e por local do globo, cento e cinquenta anos depois, assiste-se a um recrudescimento dos horários de trabalho no mundo capitalista de centro, e a uma criminosa aplicação de horários excessivos nos países de periferia e semiperiferia (WALLERSTEIN, 1974). Classificados como “emergentes”, numa ótica que confere ao capitalismo um carácter perene, assumem uma forma cuja rapina é globalmente concertada. Como nota Silvia Federici

23 Ver: Karl Marx, 1867, secção 3, cap. X, p. 172.

24 Em 16 de agosto de 1866, no caso dos Estados Unidos da América, no Congresso Geral dos Operários em Baltimore e, no início de setembro, no Congresso Internacional dos Trabalhadores, em Genebra.

A finales de la década de los ochenta, solo el 14 % de las actividades manufactureras se llevaban a cabo en los «países en desarrollo», y el boom industrial se había concentrado en unas pocas áreas: Corea del Sur, Hong Kong, Taiwán y México (FEDERICI, 2013, p. 111-112).

Por outro lado, significou sobretudo uma espoliação dos recursos laborais desses mesmos países, num extractivismo humano que chega a matar por exaustão ou pelas condições de trabalho.

Assim sucedeu em 23 de Abril de 2013, quando ruiu um edifício de oito pisos, nos arredores de Dacca, no Bangladesh, matando 1050 pessoas e ferindo mais de 2400, segundo o *El País*, de 11 de Maio de 2013. Era uma tragédia anunciada: na véspera do desabamento, vários empregados alertaram os chefes e gerentes para a existência de fendas, que, tal como as forças de segurança, ignoraram os avisos. Nos dias que se seguiram à queda do edifício Rana Plaza, alguns dos 3,6 milhões de trabalhadores da indústria têxtil, sobretudo mulheres, cujo salário rondava os 32 euros por mês, vieram para a rua, manifestar-se raivosamente.

Estas fábricas do Bangladesh produzem roupa para algumas marcas ocidentais – Corte Inglés, Mango, Benneton, Primark, Loblaw, grupo PWT –, que se descartaram de responsabilidades. A fábrica que abateu tinha passado numa auditoria destinada a melhorar as condições laborais (*El País*, 27/04/2013). 70% das exportações e 17% do PIB do Bangladesh dependem da indústria têxtil, tendo sido este o terceiro acidente grave desde o Outono de 2012, segundo o *El País*. Depois de um incêndio em que morreram cerca de 100 trabalhadores, em Novembro de 2012, marcas como Tommy Hilfiger e Calvin Klein teriam assinado um compromisso para permitir auditorias independentes e a organização dos trabalhadores, segundo a mesma fonte. Eva Kreisler, da filial espanhola da

rede internacional *Roupa Limpia*, realçava que, quando os administradores de uma fábrica constataavam que não conseguia cumprir o prazo previsto, subcontratavam outra, tornando a indústria “*muito opaca*” a essas auditorias (*El País*, 27/04/2013). Numa fábrica que ardeu, em Janeiro de 2013, foram encontradas etiquetas da Inditex (ARRESTADOS..., 2013).

Segundo um estudo da OIT de 2002, o número de trabalhadores mortos por ano no exercício da sua função ultrapassa os 2 milhões. Além disso, a cada dia, morrem 5000 trabalhadores em acidentes de trabalho (RAMONET, 2009). Para *ganhar a vida*, antecipam a morte. Um dos sindicalistas entrevistados falava em *retorno ao paleolítico*, no tempo actual, em que se tornou aceitável gastar os recursos humanos e naturais até ao limite em cada local, partindo depois para outros locais e desencarregando-se de responsabilidades relativamente ao que deixam para trás. Em termos humanos, lembra a *fome canina de sobretrabalho*, na expressão de Karl Marx: o capital parece viver em plena orgia, conquanto “*até agora nem sequer a multinacional mais imponderável conseguiu libertar-se completamente do fardo dos empregados*” (KLEIN, 1999, p. 258). O desgaste rápido de mão-de-obra visa extrair máximas quantidades de mais-valia, transferindo-se eventualmente para outros locais. No passado, manifestava-se na dilatação do horário, na retirada dos momentos de descanso e de refeição, na utilização do trabalho das crianças, que tinham como desfecho a velhice e a morte prematuras, bem como a infelicidade das famílias. Nada que tenha mudado muito, em parte do globo, na actualidade.

O direito ao trabalho, que materializou tantas das lutas ao longo do século XX, é também o direito a ser explorado, prevenia Karl Marx. Como salientam Boltanski e Chiapello, a “crítica liberal” vê no “direito do trabalho o principal obstáculo ao respeito do direito

ao trabalho” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999, p. 306). Embora o capitalismo especulativo tenha sido uma prática condenável pela *economia moral* (THOMSPON, 1971) e mesmo pela ética protestante, bastou uma geração para que essa situação se alterasse. Para o “espírito do capitalismo” referido por Max Weber, havia uma asserção moral com cunho utilitário: devia ser-se honesto, porque essa era a forma de obter mais crédito, e o mesmo se passava com a pontualidade, a aplicação ao trabalho ou a frugalidade, consideradas virtudes (WEBER, 1974, p. 35). Na fase atual, as fantasias da abundância sem esforço e de derrotar o capitalismo com as regras do seu jogo salientam a capacidade “natural” de gerar lucro, sem esforço humano investido (HARDT, 1995, p. 39), atribuindo ao trabalho um papel lábil, numa equação ilusória entre a produção e o consumo (COMAROFF; COMAROFF, 2001). Segundo os autores, a ordem económica do tempo atual conseguiu concretizar o projeto intrínseco ao capital: a evolução da formação social, sem que o trabalho seja considerado a sua dinâmica principal.

A economia informal foi adquirindo proeminência nas sociedades ocidentais, com sectores da economia que antes operavam através de instituições relativamente estáveis, hierárquicas e burocráticas, a serem substituídos por alternativas menos visíveis, menos permanentes e menos estáveis (PORTES; CASTELLS, 1989). Essas modalidades estão a ganhar terreno na Europa e, sob distintos graus e formas, passaram a integrar a vida das pessoas, mesmo ao nível das economias nacionais, no que parece ser uma forma ainda mais rapace do capitalismo (NAROTZKY; SMITH, 2006). O crescimento da riqueza, aparentemente a partir do nada, resultaria do *capitalismo de casino* (COMAROFF; COMAROFF, 2001). Nas sociedades ocidentais agravaram-se as condições de vida, nesta *modernidade líquida*, em que os seres humanos se veem a correr sobre gelo que

quebra (BAUMAN, 2000). A lógica das marcas – o *logo*, segundo Naomi Klein (1999, p. 220), implica que as empresas não gastem os seus recursos em fábricas, máquinas e trabalhadores, mas antes “*nos patrocínios, na embalagem, na expansão e na publicidade*”, o que pode conduzir a uma margem de lucro de 400%. Mais, as marcas “mais fortes” são as que geram piores empregos (KLEIN, 1999, p. 303).

Devido ao formato de ave de arribação das unidades produtivas, o entendimento da dimensão de ganhar a vida requer uma abordagem global. Como nota Naomi Klein, a lógica das marcas conduz a que

Em vez de fazerem elas mesmas os produtos, nas suas próprias fábricas, «extraem-nos», de maneira muito semelhante às indústrias de recursos naturais que extraem urânio, cobre ou madeira. Fecham as fábricas existentes e mudam para o fabrico por empreitada, na sua maioria em zonas francas (offshore). E à medida que os antigos empregos mudam para o exterior, há algo mais que voa com eles: a ideia antiquada de que um fabricante é responsável pela sua força de trabalho (KLEIN, 1999, p. 221-222).

A necessidade de responder diariamente a condições de mudança, de oportunidade, de corte acelerado e, por vezes, radical, com situações anteriormente conhecidas, convoca um conjunto de práticas culturais e institucionais. A volatilidade da produção das marcas, assente no carácter das fábricas-andorinha, baseia-se numa característica que está na base do sistema atual: o capital circula rapidamente, a mão-de-obra é localizada. Os capitais fraudulentos circulam com facilidade e em total liberdade. O mesmo sucede com empresas em que o investimento fixo é mínimo, devido ao recurso do *outsourcing*. As pessoas concretas são muito menos móveis, e é o capital que vence o trabalho. De forma camaleónica, para maximizar os lucros,

produzirão onde a mão-de-obra for mais barata e venderão onde o nível de vida é mais elevado. É fácil montar circuitos de distribuição do trabalho que envolvam manufaturas ou trabalhadores isolados, noutros pontos do globo, com mão-de-obra ainda mais flexível, com menos direitos e menor salário.

Como o trabalho é a forma de ganhar a vida, a escolha é entre ficar ou partir. O movimento ou a fixidez constituíram escolhas, que as pessoas fazem, mas que também fazem pessoas. Assim sucede, num tempo de fronteiras que são muros, que vedam a circulação aos que procuram trabalho com dignidade, mas não aos capitais fraudulentos, e que premeiam com *golden visa* a lavagem de dinheiro. Os mundos criados por essas escolhas – a de partir ou a de ficar –, são o resultado de um conjunto de processos, a que a história não é alheia.

Numa obra recente, Michel Agier (2013) alerta-nos para este momento longo de incerteza que se instalou no mundo, com vidas que permanecem precárias durante cada vez mais tempo, numa rotinização da precariedade que lhe retira a estranheza, no qual as materialidades provisórias penetraram áreas variadas. Se a etnografia deste texto se reporta a uma localização de fronteira, as vidas parecem paradoxalmente instaladas na *liminaridade*, no sentido que Arnold van Gennep e Victor Turner deram ao termo. Os interstícios urbanos, as economias informais ou as margens do Estado são realidades desta grande avançada da fragilização mundial, num tempo em que os contornos de um proletariado global são fantasmáticos. As pessoas entrevistadas vão organizando as suas vidas, marcadas pela incerteza do momento e pela remissão para o imediato (AGIER, 2013).

Cumpre-se a proposta deste texto, ao encarar o trabalho local num tempo longo, em quatro momentos: (1) o modo de produção camponês, com reflexos até aos anos 1960-70; (2) a desarticulação

pelos processos migratórios e a penetração local da confecção; (3) os formatos capitalistas que usaram diferentes estratégias e modos de produzir, até a trabalhadora isolada; (4) a desarticulação da produção local e sua retirada, com o desvanecimento do emprego, detectando-se formas de retorno da contratação ainda mais gravosas, depois de disciplinar a mão-de-obra com tempos duros de carência. A dúvida dolorosa do sindicalista que perguntava, no verão de 2017, pelo fim do trabalho, abre caminho a novas questões, ainda sem resposta. Norbert Trenkle, no prefácio à edição portuguesa do *Manifesto contra o trabalho*, instava-nos a pensar que

Com o colapso do trabalho entra também em colapso o fundamento da sociedade capitalista, dando origem a um fundamentalismo do trabalho, de cunho marcadamente religioso, que pretende salvar o que já não pode ser salvo, nem que seja pela força (GRUPO CRISIS, 1999, p. 9).

Como viver nesse mundo que se delinea e do qual ainda só temos traços ténues? Ganhar a vida significou, longamente, uma condenação ao trabalho. A experiência parece, assim, remeter-nos para um horizonte de expectativa que pressuporia continuidades, através das *práticas possíveis* (GODINHO, 2017). Talvez precisemos atingir o céu com uma escada, como apontava um camponês andaluz ao antropólogo Jerome Mintz. Ou seja, o desafio pode ser pensar também o impossível.

Referências

AGIER, Michel. **La condition cosmopolite**: l'anthropologie à l'épreuve du piège identitaire. Paris: La Découverte, 2013.

ARRESTADOS los dueños de la fábrica incendiada en Bangladesh donde se fabricaba ropa de Inditex. **Público**, 30 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.publico.es/internacional/449827/arrestados-los-duenos-de-la-fabrica-incendiada-en-bangladesh-donde-se-fabricaba-ropa-de-inditex>.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. **O destino camponês**. Castro Verde: 100Luz, 2013.

BAUMAN, Zigmunt. **Liquid Modernity**. Cambridge: Polity, 2000.

BLOOMBERG billionaires index: Amancio Ortega. **Bloombleg**, s/d. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/billionaires/profiles/amancio-ortega-gaona/>.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **Le nouvel esprit du capitalism**. Paris : Gallimard, 1999.

BORDERIAS, Cristina. **Genero y Políticas del Trabajo en la España Contemporanea (1836-1936)**. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2007.

BUFARDA, Illa. **Fíos fora, documentário em galego/castelhana**, 90', produção Amarante Setem, 2015.

BURAWOY, Michael (1979) **Manufacturing Consent: Changes in the Labor Process Under Monopoly Capitalism**. Chicago, University of Chicago Press.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. **Millennial capitalism and the culture of neoliberalism**. Durham: Duke University Press, 2001.

CONCELLO DE VERÍN. **Estudo Socioeconómico – Plan de Actuación Verín 2009-2014**. S/l; s/ed., 2009.

DASAIRAS VALSA, Xerardo. **Verín Baixo o Franquismo**: a represión do 36, a resistència e a guerrilha. S/l: Edicións A nosa Terra: 2007.

EDELMAN, Marc; HAUGERUD, Angeliq (Eds). **The Anthropology of development and globalization**. Oxford: Blackwell, 2005.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero**: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.

FONSECA, I. O mistério da Estrada Nacional 11-1– ou de como as memórias têm classe e também têm género. *In*: GODINHO, Paula (coord.). **Usos da memória e práticas do património**. Lisboa: Colibri, 2012, p. 133-144.

GODINHO, Paula. **O futuro é para sempre**: experiência, expectativa e práticas possíveis. Lisboa/Santiago de Compostela: Letra Livre/Através Editora, 2017a.

GODINHO, Paula. Travail, migrations et frontière au nord du Portugal/Galice: de la coopération agricole aux changements actuels. **Cahiers de L'URMIS** [En ligne], n, 17, juillet 2017, mis en ligne le 06 juillet 2017b, consulté le 08 septembre 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/urmis/1511>.

GODINHO, Paula. Presas por um fio: costureiras de Verín, modalidades da produção têxtil local e trânsitos mundiais. *In*: TOMÉ, Pedro. **Reflexiones Rayanas**. Ávila, Asociación de Antropología de Castilla y León Michael Kenny, v. 1, p. 103-126, 2017c.

GODINHO, Paula. *Lo que nos enseñan quienes plantan castaños: experiencias, expectativas y futuros posibles*. *In*: VICENTE, Teresa. **Antropologías en transformación**: sentidos, compromisos, utopias. Valencia: Institutió Alfons el Magnanim, 2017d, p. 105-134.

GODINHO, Paula. E quando não se movem? Lides de rotina, entre experiência e expectativa. **Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal**, Lisboa, IHC-FCSH, v. 2, p. 162-178, 2016.

GODINHO, Paula. Atingir o céu com uma escada”: apontamentos sobre as ideias, a cultura, o lazer e a invenção dos trabalhadores. *In*: MONTEIRO, Bruno; PEREIRA, Joana Dias. **De pé sobre a terra**: estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013, p. 525-540. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/11192>. Acesso em: 24 jul. 2018.

GODINHO, Paula. «Oír o galo cantar dúas veces» -**Identificacións locais, culturas das marxes e construción de nacións na fronteira entre Portugal e Galicia**, Ourense, Imprenta da Deputación, 2011.

GRUPO CRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. Lisboa: Antígona, 1999. Disponível em: <http://www.onthepulse.es/gossip/who-are-ten-richest-people-spain-141106>. Acesso em: 19 set. 2015.

<http://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/economia/2015/06/03/amancio-ortega-segunda-persona-rica-mundo/00031433340124507225265.htm>. Acesso em: 13 jul. 2015.

http://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/economia/2015/09/18/ortega-cerca-pillar-gates-hombre-rico-planeta/0003_201509G18P35994.htm. Acesso em: 19 set. 2015.

http://economia.elpais.com/economia/2015/09/15/actualidad/1442298632_575629.html. Acesso em: 19 set. 2015.

http://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/economia/2015/10/09/amancio-ortega-camino-hombre-rico-mundo/0003_201510G9P34993.htm. Acesso em: 19 out. 2015.

<http://www.publico.es/internacional/454466/un-espanol-entre-los-presuntos-responsables-de-la-catastrofe-de-bangladesh>. Acesso em: 29 abr. 2013.

HARDT, Michael. The withering of civil society. *Social Text*, n. 45, p. 27–44, 1995.

JIMÉNEZ, Miguel. **El beneficio de Inditex se dispara el 26% en el primer semestre**. *El País*, 16 de setembro de 2015. Disponível em: http://economia.elpais.com/economia/2015/09/15/actualidad/1442298632_575629.html.

KLEIN, Naomi [1999]. **No logo**: o poder das marcas. Lisboa: Relógio de Água, 2006.

KOSELLECK, Reinhart [1979]. **Futuro passado**: para una semantica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1983.

LINHART, Robert. **L'Etabli**. Paris: Le Seuil, 1978.

LOUÇÁ, João Carlos. **Call centers**: trabalho, domesticação, resistências. Porto: Deriva Editores, 2014.

MARX, Karl. [1867-1894] **O Capital**. S/l: Delfos, s/d.

MICHÉA, Jean-Claude. **Les mystères de la gauche**: de l'idéal des Lumières au triomphe du capitalisme absolu. Paris : Climats, 2013.

MOCH, Leslie P.; TILLY, Louise A. Joining the urban world: occupation, family and migration in three french cities. *Comparative Studies in Society and History*, p. 27-1; 33-56, 1985.

MURADO, Miguel-Anxo. **Otra idea de Galicia**. Barcelona: Debate, 2013.

NAROTZKY, Susana; SMITH, Gavin. **Immediate struggles**: People, Power and Place in Rural Spain. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2006.

ORTEGA, más cerca de pillar a Gates como el hombre más rico del planeta. **La voz de Galicia**, 18 de outubro de 2009. Disponível em: http://www.lavozdegalicia.es/noticia/economia/2015/09/18/ortega-cerca-pillar-gates-hombre-rico-planeta/0003_201509G18P35994.htm.

PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. (Eds). **The informal economy**: studies in advanced and less developed countries. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

RAMONET, Ignacio. **Le Krach parfait**. Crise du siècle et refondation de l'avenir. Paris, Galilée, 2009.

SCOTT, James C. **Domination and the arts of resistance**. London: Yale University Press, 1990.

THOMPSON, E. P. [1971]. **A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII**. Lisboa: Antígona, 2008.

UPD LIMIA VERÍN. **Plan de emprego**, s/l, Emprego Limia Verín/UPD/Xunta de Galicia/UE, documento policopiado, 102 p. 2011a.

UPD LIMIA VERÍN. **Plan de Traballo**, s/l, Emprego Limia Verín/UPD/Xunta de Galicia/UE, documento policopiado, 204 pp. 2011b.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. v. I e II. Porto: Afrontamento, 1974.

WEBER, M. **The protestant ethic and the spirit of capitalism** [A ética protestante e o espírito do capitalismo]. Lisboa: Presença, 1974.

WILLIAMS, Raymond. **Culture and society**. London: The Hogarth Press, 1958.

WITZIG, Jack. Ortega está se aproximando das portas para se tornar o mais rico do mundo. **Bloomberg**, 29 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-08-29/ortega-is-latest-to-close-in-on-gates-s-title-as-world-s-richest>.